

Sarney deve anunciar um novo pacote

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Em um aspecto, pelo menos, existe uma definição consensual no governo: o "gatilho" não muda, agora. O governo espera, porém, que na negociação de uma "trégua" de 90 a 120 dias com empresários e trabalhadores se aceite o não-acionamento do "gatilho", no período.

Isso porque, dentro do plano esboçado pelos técnicos para o presidente, os preços "realinhados" permaneceriam congelados ou sob "rígido controle" do CIP. Nesse caso estaria, principalmente, a cesta básica, com peso de 80% no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e também a maioria dos itens de maior peso no Índice de Preços no Atacado (IPA), um indicador importante para a política cambial.

Alguns produtos "terminais" como carros e cigarros também figurariam na hipótese do congelamento,

ou "controle rígido", devido ao seu efeito multiplicador na economia.

Existe, ainda, a proposta de que o presidente adote, de imediato, medidas para o desatrelamento dos sindicatos do Estado, instituindo a autonomia sindical a partir da eliminação da contribuição paga pelos trabalhadores, que o governo administra, repassando aos sindicatos.

Por fim, as sugestões convergem para algum tipo de descentralização da fiscalização de preços, incorporando nesse processo uma reestruturação do CIP e autonomia maior aos estados e municípios para ação sobre especuladores.

São essas, em linhas gerais, as alternativas técnicas que estão sendo levadas à mesa de trabalho presidencial. O presidente está decidido a agir, como ele mesmo disse pela manhã aos políticos. A direção que vai escolher, porém, ainda era incerta até o final da noite de ontem.

Sarney deve anunciar um novo pacote

23 JAN 1987

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de Brasília

O presidente José Sarney encontra-se na iminência de decretar medidas de política econômica com o objetivo de mudar o curso da inflação e o agravamento da crise de abastecimento.

O próprio presidente disse isso a várias pessoas que com ele estiveram, ontem, no Palácio do Planalto, entre as quais cerca de duas dezenas de políticos do PFL e do PMDB.

Dois deles, por exemplo — o senador Carlos Chierelli (PFL-RS) e o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) —, contaram ao repórter Edson Beú, na porta de saída do gabinete presidencial, que Sarney lhes informou ter como prazo a próxima semana para adoção dessas medidas. Ele desejaria evitar coincidência com a instalação da Constituinte, no domingo.

A questão do tempo tornou-se crucial para o governo. Assessores do presidente indicavam a próxima terça-feira como data-

limite. Uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) já foi convocada para o dia seguinte, quarta (28), conforme apurou a editora Cláudia Safatle.

A decisão do governo é esgotar as gestões com empresários e trabalhadores, comandadas pelo ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho (ver matéria ao lado), mas não esperar indefinidamente sua conclusão. Se não houver acordo, o governo arbitra. Em havendo, fará com o consenso.

A chave para se entender a pressa do governo e a decisão política do presidente, por ele anunciada aos políticos, é a perspectiva de um agravamento acelerado da crise de abastecimento: o Serviço Nacional de Informações (SNI), os ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho detectaram um princípio de paralisação da produção e das vendas, em diferentes segmentos da indústria e do comércio, com empresários retendo estoques na expectativa de valorização a partir de um "realinhamento" de preços.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) já teria registrado mais de uma dezena de empresas, em setores diversos, tomando a iniciativa de concessão de férias coletivas aos seus empregados: "Alguns realmente estão agindo dessa forma", admitiu a este jornal Aldo Lorenzetti, diretor da FIESP e presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), após uma audiência com Sarney, ontem à tarde.

Nesse cenário, moldado por uma expectativa de inflação de dois dígitos em janeiro — no patamar de 10%, segundo as melhores hipóteses com que trabalha a equipe econômica ministerial —, o presidente tem recebido sugestões de medidas na direção de um imediato "realinhamento" de preços, taxa de câmbio e salários, com alternativa de conjugá-lo com um novo e mais sofisticado "congelamento".

Na área dos preços as propostas técnicas convergem para um reajuste médio de 20%, podendo chegar a 25%, com base em 28 de fevereiro de 1986. Os técnicos divergem ainda sobre a forma, se linear ou não. Há uma tendência, entre eles, para concessão de reajustes dentro desses parâmetros para os itens que apresentam maiores defasagens de custo/benefício, levando outros produtos a um processo normal de apreciação no Conselho Interministerial de Preços (CIP).

No caso dos salários, os técnicos estão indicando ao presidente o caminho de um aumento real no salário mínimo, cuja proporção seria definida pelas possibilidades de "caixa" do governo federal em "socorrer" os estados e os municípios, que têm suas folhas de pagamento indexadas por esse salário referencial. Mostram, também, a possibilidade de concessão adicional de algum tipo de reajuste salarial generalizado, que poderia ser um abono equivalente à diferença entre o índice do "realinhamento" de preços e o patamar do "gatilho" da política salarial.